VINCO

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Law School of Lisbon

Instituto Europeu
European Institute

ENCONTROS DO INSTITUTO EUROPEU

6 ENCONTROS | 6 DEBATES

PRIMEIRA TERÇA-FEIRA DE CADA MÊS
7 FEVEREIRO // 6 MARÇO // 3 ABRIL // 8 MAIO // 5 JUNHO // 3 DE JULHO

"E DEPOIS DO TRATADO INTERGOVERNAMENTAL?"

Com José da Cruz Vilaça
e Nuno Piçarra

7 de fevereiro | 18H00
Livraria Almedina Atrium Saldanha

LIVRARIA ALMEDINA

Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 Lisboa
Tel.: 217 933 250 // Fax: 217 942 592
institutoeuropeu@gfd.ul.pt
www.institutoeuropeu.eu

Livraria Almedina Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1
Loja 71, 2º Piso
1050-094 Lisboa
Tel.: 213 570 428
atrium@almedina.net

VINCO

ENCONTROS

No dia 1 de Janeiro de 1986, Portugal passou a ser membro efectivo das então Comunidades Europeias e, mais tarde, da União Europeia. Essa opção, que reuniu um vasto consenso político e social entre nós, esteve na origem de um processo de modernização profundo da sociedade portuguesa e de um período dourado de desenvolvimento económico.
Em 1992, Portugal, contra quase todas as previsões, integrou o conjunto dos países que adoptaram o euro como moeda única. A muito acentuada descida da taxa de financiamento da economia portuguesa, foi contrabalançada pela perda de competitividade da economia e pelo sobreendividamento público e privado.
A crise financeira de 2008 que, nos seus primeiros tempo, não atingiu profundamente a economia portuguesa, abriu caminho a uma crise da dívida soberana que forçou Portugal a pedir ajuda financeira externa. Desprovido de instrumentos monetários e cambiais, Portugal viu-se colocado numa posição em que perdeu largamente o controlo do seu destino, que hoje se confunde praticamente com o da União Económica e Monetária e da própria União Europeia.
A União vive um momento de profunda convulsão. O projecto de Tratado Intergovernamental não parece revestir-se de potencialidade para resolver os problemas. As tensões no seu seio reaparecem: países do norte contra países do sul; países do euro contra países fora do euro, federalistas contra não federalistas, empregados contra desempregados.
Tudo aquilo que pensámos que a União Europeia resolveria, aproximando crescentemente os Estados e os povos.
Num contexto de crise, alguns dos valores fundamentais do projecto democrático europeu começam a ser questionados na prática e até na Constituição de alguns países.
É, pois, fundamental, o debate dos temas europeus. O Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa, a mais antiga instituição portuguesa consagrada a estes estudos, junta-se à Almedina, que tem no seu acervo a publicação de muitos e muito valiosos estudos europeus para um ciclo de conferências mensais em que irão sendo debatidos os mais importantes temas da actualidade europeia em painéis orientados por um conjunto muito diversificado de personalidades.
Juntos e com a sua colaboração activa daremos tudo por um Portugal e uma Europa melhor. Não se esqueça que este é um momento de participação cívica fundamental. Esperamos por si.

Eduardo Paz Ferreira
Presidente / Chairman
Cátedra Jean Monnet / Jean Monnet Chair

E DEPOIS DO TRATADO INTERGOVER-NAMENTAL?

Com José da Cruz Vilaça
e Nuno Piçarra

Organização
Eduardo Paz Ferreira
Nuno Cunha Rodrigues

Parceira
Livraria Almedina

José Luís da Cruz Vilaça é um nome de excelência no panorama jurídico, político e cultural português. Primeiro advogado-geral português, instalou e foi primeiro presidente do Tribunal de primeira instância. O seu prestígio no Tribunal de Justiça é enorme e a sua passagem pelo Luxemburgo muito honrou Portugal.
Dentro de meses, Cruz Vilaça voltará ao Luxemburgo, sucedendo a Cunha Rodrigues, que granjeou, igualmente um enorme prestígio pessoal no meio judicial e académico.
É, pois, um privilégio tê-lo como convidado, na primeira sessão do ciclo mensal de conferências do Instituto Europeu.
Cruz Vilaça convidou outro jurista de excelência - Nuno Piçarra - um dos mais destacados professores de Direito Europeu, para uma sessão em que, seguramente, o projecto de Tratado Intergovernamental terá posição de relevo.